

Nota de imprensa

Aprovado novo sistema de apoio à comunicação social nos Açores

Foi aprovado, nesta sexta-feira, o novo Sistema de Incentivos aos Media Privados dos Açores, um compromisso da Coligação PSD/CDS/PPM que agora se materializa, após um processo de diálogo e concertação com o setor.

O deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, observou que o apoio público à Comunicação Social privada nos Açores “não é uma preocupação inédita”, mas uma necessidade inerente à “especificidade insular”, marcada por “dificuldades para as empresas de pequena dimensão”, as quais justificam uma política de apoio aos órgãos de comunicação social privados.

“Somos obviamente defensores de uma comunicação social isenta”, afirmou Pedro Pinto, reconhecendo que a sustentabilidade financeira é condição essencial para garantir essa isenção.

Conforme frisou Pedro Pinto, o debate em torno da comunicação social “não é uma questão exclusiva do Parlamento açoriano ou de determinado partido”, mas algo transversal “às sociedades democráticas europeias e ocidentais” em geral.

“O nosso País já adotou planos de apoio à comunicação social privada” e também “por essa Europa fora têm vindo a ser implementados programas de apoio à comunicação social”, acrescentou, apontando como exemplos a França, a Alemanha ou a Itália.

No CDS-PP, “estamos do lado da democracia e consideramos que a comunicação social é um dos pilares da democracia”, enquanto “garante da pluralidade de opiniões”, afirmou Pedro Pinto, para quem importa assegurar a existência de “informação credível e escrutinada”.

O deputado do CDS-PP alertou para os riscos da “desinformação” que tantas vezes é veiculada através das redes sociais.

“É esse futuro que queremos para a nossa sociedade? Uma sociedade manipulável através das redes sociais? Ou queremos uma democracia livre e plural?”, questionou, apelando à reflexão sobre episódios de comprovada influência das redes sociais na opinião pública no que à política internacional diz respeito.

“A única maneira de combater a desinformação é ter órgãos de comunicação social isentos”, concluiu.

Horta, 17 de janeiro de 2025